

Senhoras e senhores,

Familiares e amigos aqui presentes,

Ministro Dyogo e demais autoridades,

Boa Tarde.

É uma honra para mim estar nessa cerimônia de nomeação para o cargo de Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Um cargo de importância estratégica para o Estado, em especial, por este Ministério um dos responsáveis pela formulação e implementação da política econômica.

Como servidor de carreira e em particular por ser do Banco Central, essa é uma grande realização pessoal, a qual só se torna possível pela confiança do Ministro Dyogo Henrique de Oliveira e do Exmo. Presidente da República, Michel Temer.

Agradeço à minha família e aos amigos pela possibilidade de estarem aqui presentes para compartilhar este momento comigo.

Faço uma menção especial ao meu pai, à Gláucia, ao meu sogro, à minha sogra e ao Senador Mauro Benevides, por simbolizarem esses entes tão queridos.

O desafio que se apresenta não é pequeno, temos uma economia em recuperação, num ambiente em que a situação fiscal do Governo Federal e de vários estados e municípios é muito frágil.

O Presidente, conjuntamente com o Congresso, vem propondo um grande número de medidas que buscam virar a página da crise e criar as condições para que o Estado volte a ser sustentável.

Muitas dessas medidas são tidas como duras, mas é preciso perseverar nesse caminho, pois só assim criaremos as condições para sairmos dos ciclos de crescimentos curtos seguidos de alguma recessão ou crise.

É importante perseguir propostas que incentivem a iniciativa privada a tomar o seu lugar num novo ciclo de desenvolvimento.

O Estado hoje, e por um bom tempo, não terá as condições para ser o “motor” desse novo ciclo; e isto não parece estar claro para a sociedade.

O Estado precisa fortalecer o seu papel de “regulador”, o que passa particularmente pelo fortalecimento das suas agências reguladoras e do Banco Central.

Precisa também reavaliar o seu papel como “provedor de bens e serviços”. O Estado, até pela sua situação fiscal, deve se restringir a fornecer bens e serviços de alto interesse social e de difícil oferta pela iniciativa privada.

Mercados, como o de energia, já têm maturidade e atratividade suficientes para serem ofertados pela iniciativa privada; sendo o Estado, em alguns casos, um empecilho ao pleno desenvolvimento dos mesmos.

O Estado também precisa voltar a se planejar, a traçar metas e a construir meios para alcançá-las. O Presidente, em iniciativa conjunta com o TCU, determinou a elaboração de um Plano Estratégico para os próximos 12 anos.

O Ministério do Planejamento, conjuntamente com o BNDES, o IPEA e o IBGE elaborará uma proposta, a ser submetida à consulta pública, para que se discuta o Brasil que desejamos em 2030, bem como, os caminhos para alcançá-lo.

Precisamos sair desta armadilha de estarmos sempre “apagando incêndios”. É preciso pensar o longo prazo, nos desafiar e acreditar que podemos alcançar os objetivos traçados.

Para tanto, há algumas questões que precisam ser endereçadas:

- os órgãos públicos precisam ter uma melhor definição de prioridade: com o teto do gasto não há como comportar obrigações com o uso de novas receitas. É preciso repensá-las e, em alguns casos, repriorizá-las;

- o orçamento precisa ser mais gerenciável: hoje há um excesso de vinculações de receita e de despesas obrigatórias;

- a gestão da força de trabalho do Poder Executivo também precisa ser mais gerenciável: hoje convivemos com mais de 300 carreiras, que têm tabelas de progressão e de remuneração absolutamente distintas, destoantes da iniciativa privada e com enormes amarras para transitar dentro do próprio Governo;

- nossa carteira de imóveis ultrapassa 650 mil unidades, olhando apenas as cadastradas, e, mesmo assim, gastamos mais de R\$ 1,2 bilhão em alugueis por ano. Ademais, temos uma enorme dificuldade em executar reformas para manter minimamente operacionais vários dos nossos imóveis, o que leva a um abandono de vários deles e há um recrudescimento da questão dos alugueis;

- temos uma enorme dificuldade em reduzir burocracias e demandas desnecessárias, em especial de documentos e informações que já as temos.

Enfim, temos um enorme conjunto de desafios já mapeados pela frente e várias medidas em execução e outras em discussão para endereçá-los.

Há ainda o BNDES e a ABGF que devem trilhar o caminho de servirem como catalizadores para os mercados de crédito e de capitais. Mais do que nunca, essas instituições devem buscar o mercado para atuar como parceiras do mesmo.

A competição é sempre bem-vinda, mas a construção de caminhos e a promoção de soluções que promovam nosso desenvolvimento devem ser privilegiadas.

Tenho certeza que o Ministro Dyogo assim o fará no BNDES. Como também o fará o Guilherme Estrada na ABGF.

Mais uma vez, gostaria de agradecer a confiança do Ministro Dyogo e do Presidente Temer neste desafio de bem servir ao meu País.

Muito obrigado!